



EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

October 2024 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Defender o alargamento: um compromisso para com o futuro da Europa

O alargamento e a integração dos países candidatos na União Europeia não é uma mera expansão. É um investimento geoestratégico na paz, na estabilidade, na segurança e no desenvolvimento socioeconómico, que reforça o tecido democrático do nosso continente e constitui, assim, um poderoso instrumento para difundir e defender os valores europeus fundamentais. Os órgãos bilaterais que criámos com a sociedade civil dos países candidatos – os comités consultivos mistos e as plataformas da sociedade civil –, bem como a iniciativa «membros por um país candidato à adesão» e o alargamento das visitas por país do Grupo Eventual para os

Direitos Fundamentais e o Estado de Direito aos países candidatos, demonstram o empenho do CESE no aprofundamento e alargamento da União. O nosso trabalho mostra que os progressos nas reformas internas necessárias podem e devem avançar em paralelo com a integração dos países candidatos. Ainda que persistam desafios em vários deles, os obstáculos devem ser um motivo para reforçarmos a nossa colaboração, em vez de entravar os avanços no processo de adesão.

O CESE tem desempenhado um papel fundamental no alargamento da UE, ao participar na reunião ministerial dos Balcãs Ocidentais em Escópie e ao colaborar estreitamente com os dirigentes de vários países candidatos. Os nossos trabalhos nesse domínio visam avaliar o empenho dos países candidatos no cumprimento dos critérios de Copenhaga e reiterar o nosso compromisso em promover um diálogo inclusivo e equitativo com todos os membros do CESE, o que inclui, sem sombra de dúvida, os membros por um país candidato à adesão. É por esta razão que me orgulho de dizer que a iniciativa «membros por um país candidato à adesão», lançada em fevereiro na presença do primeiro-ministro albanês, Edi Rama, e do primeiro-ministro montenegrino, Milojko Spajić, é uma pedra angular do manifesto da minha presidência.

Ao incluir ativamente os membros por um país candidato à adesão nos seus trabalhos, o CESE posiciona-se como um exemplo para as outras instituições da UE em matéria de integração gradual dos países candidatos. Esta iniciativa tem alcançado resultados bem palpáveis e obtido um reconhecimento crescente nos países candidatos e na UE, sendo firmemente apoiada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e pelo comissário do Alargamento, Oliver Várhelyi. Visa não só gerar benefícios imediatos, mas também criar uma base sólida para as aspirações a longo prazo dos países candidatos, dos seus cidadãos e das suas sociedades civis dinâmicas. Além disso, permite à sociedade civil desses países participar diretamente no processo de decisão da UE, mantendo o impulso para as reformas necessárias. No total, 146 membros por um país candidato à adesão participaram ativamente em pareceres sobre temas relacionados com o alargamento, como a política de coesão da UE, o mercado único, a sustentabilidade do setor agroalimentar e a escassez de competências.

Os comités consultivos mistos e as plataformas da sociedade civil constituem um instrumento indispensável para o diálogo entre as diferentes partes interessadas, assegurando que todas as vozes são ouvidas durante o processo de decisão. Existem atualmente comités consultivos mistos com o Montenegro, a Sérvia e a Turquia, e plataformas da sociedade civil com a Ucrânia e a Moldávia. O Comité Consultivo Misto UE-Macedónia do Norte deverá reiniciar as suas atividades

logo que o primeiro capítulo de negociações seja aberto, enquanto a criação de um comité com a Albânia está em bom andamento. O próximo Fórum de Alto Nível da Sociedade Civil, dedicado ao alargamento, que terá lugar em 24 de outubro, juntamente com a reunião plenária do CESE, reforçará ainda mais o compromisso do CESE para com o alargamento. Organizado em conjunto com a Comissão, o fórum reunirá membros do CESE e perto de uma centena de membros por um país candidato à adesão, representantes dos Estados-Membros e dirigentes políticos dos países candidatos, que refletirão sobre a importância do diálogo cívico e social para o êxito do alargamento da UE. Será colocada a tónica no papel do diálogo social para realizar progressos no processo de adesão, otimizar as transições ecológica e digital e defender os valores fundamentais da UE.

Enquanto plataforma da sociedade civil, o CESE assume como missão acolher no seu seio e capacitar todos os que lutam em prol da liberdade, da democracia e da prosperidade socioeconómica, com o objetivo final de promover uma maior integração nos países candidatos e na UE. Juntos, construímos um futuro mais promissor para a Europa: inclusivo, próspero e solidário. O Comité mantém-se firmemente empenhado no alargamento e o seu trabalho reflete a nossa crença numa Europa mais integrada e resiliente no seu conjunto.

Oliver Röppe

Presidente do CESE

AGENDA

6 de novembro de 2024

[Conferência anual sobre os direitos fundamentais e o Estado de direito](#)

27 de novembro de 2024

[Os cidadãos podem derrotar a desinformação](#) (Atenas, Grécia)

28 e 29 de novembro de 2024

[Nona reunião do Fórum Europeu sobre Migração](#)

4 e 5 de dezembro de 2024

Reunião plenária do CESE



UMA PERGUNTA A...

Falámos com Sandra Parthie, relatora do [Parecer - IA de finalidade geral: caminho a seguir](#), sobre o Regulamento da Inteligência Artificial. Concretamente, quisemos saber porque é tão importante assegurar que este ato legislativo é corretamente aplicado no que diz respeito aos modelos de IA de finalidade geral e à forma como são geridos. Como podemos produzir IA competitiva na UE e por que razão é importante?



IA «FABRICADA NA EUROPA» – UM CAMINHO VIÁVEL MAS EXIGENTE

Por Sandra Parthie

O Regulamento Inteligência Artificial é o primeiro quadro jurídico global a nível mundial para regular a inteligência artificial.

A utilização da inteligência artificial (IA) está a difundir-se cada vez mais, afetando múltiplos aspetos da nossa vida quotidiana. Por exemplo, influencia a informação que as pessoas veem na Internet, mostrando anúncios personalizados. Mas, mais importante ainda é a sua utilização

no setor da saúde como meio auxiliar no diagnóstico e tratamento de doenças como o cancro. Para esse efeito, as aplicações de IA dependem de modelos de finalidade geral, que têm de ser treinados. Por exemplo, para poder reconhecer células cancerígenas de forma autónoma, a IA precisa de ser antes alimentada com uma grande quantidade de imagens dessas células.

O êxito do treino depende dos dados fornecidos – de grandes quantidades de dados. A forma como a tecnologia é treinada influencia a qualidade dos resultados do modelo ou da aplicação de IA. Se for alimentada com imagens ou dados inadequados, a IA confundirá as células saudáveis com as células cancerígenas.

A melhoria da assistência médica e dos cuidados de saúde exemplifica de forma contundente os motivos pelos quais a UE precisa de adquirir as capacidades e infraestruturas necessárias para desenvolver modelos de IA de finalidade geral. É muito simples – a IA ajuda a salvar vidas.

Além disso, a IA de finalidade geral (GPAI) constitui um ponto de viragem nos processos de produção, também para as empresas. Para que a economia europeia se mantenha competitiva, é necessário assegurar um espaço de inovação na UE e incentivar os empresários e as empresas em fase de arranque a desenvolverem as suas ideias.

Naturalmente, existem riscos associados à IA e à GPAI, desde falhas nos modelos e erros nas aplicações até à utilização manifestamente ilegal da tecnologia. Neste sentido, a UE precisa também de conhecimentos especializados para fazer face a ataques mal-intencionados e ciberameaças, assim como de infraestruturas sediadas na União, que assegurem o bom funcionamento da tecnologia.

Os motivos expostos demonstram a importância de uma regulamentação adequada, centrada na qualidade dos dados e dos métodos de treino e, em última análise, do resultado final. O desenvolvimento da IA deve alicerçar-se nos valores europeus, como a transparência, a sustentabilidade, a proteção de dados e o respeito pelo Estado de direito. Infelizmente, os principais desenvolvimentos da IA de finalidade geral estão a ser liderados por intervenientes fora da jurisdição da UE, o que significa que a União precisa de desenvolver capacidades para impor o cumprimento da sua legislação e o respeito pelos valores europeus não só aos intervenientes europeus mas também aos intervenientes de países terceiros ativos no nosso mercado.

A UE deve reduzir a posição dominante das grandes empresas digitais – muitas vezes de países terceiros – através, nomeadamente, dos instrumentos da política de concorrência. As autoridades da concorrência na UE têm de potenciar as suas capacidades e assegurar que as empresas de hiperescala não abusam da sua posição no mercado, seja no contexto das operações entre empresas (B2B) ou entre empresas e a administração pública (B2G).

Os poderes públicos podem apoiar os fornecedores europeus de aplicações de IA e GPAI adquirindo os seus produtos e demonstrando assim a sua fiabilidade junto de outros utilizadores e clientes. A UE possui o talento, o saber-fazer tecnológico e o espírito empreendedor necessários para uma «IA fabricada na Europa». No entanto, a falta de investimento, a inexistência de infraestruturas informáticas adequadas e a fragmentação persistente do mercado interno, que dificulta a sua expansão, entram a competitividade dos intervenientes europeus no domínio da IA.



O CONVIDADO SURPRESA

A nossa convidada surpresa é Alexandra Borchardt, oradora principal na edição de 2024 do Seminário Conectar a UE, organizado pelo CESE. Autora principal do [EBU News report 2024](#) sobre os efeitos da inteligência artificial no jornalismo, Alexandra Borchardt analisa as perspetivas de um jornalismo responsável na sequência da rápida ascensão da inteligência artificial generativa. Alguns operadores do setor já se deixaram seduzir pelas promessas da inteligência artificial generativa. O facto é que esta tecnologia traz consigo não só oportunidades, mas também riscos consideráveis.

Alexandra Borchardt, jornalista, consultora independente, professora universitária e investigadora na área dos meios de comunicação social, conta com mais de 25 anos de experiência no domínio do jornalismo, 15 dos quais em cargos de liderança. Nos últimos cinco anos, apoiou 26 editores europeus na sua transformação digital enquanto conselheira para o programa «Table Stakes Europe» da Associação Mundial de Editores de Notícias (WAN-IFRA). Pode consultar mais informações sobre o seu trabalho [aqui](#).



JORNALISMO DE CONFIANÇA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Por Alexandra Borchardt

Em jeito de provocação, pode dizer-se que o jornalismo e a inteligência artificial (IA) generativa são incompatíveis: o jornalismo relata factos e a IA generativa calcula probabilidades. Ou então, que os jornalistas se limitarão a preencher os espaços em branco de uma história com qualquer coisa que pareça provável. Porque é exatamente assim que a IA generativa funciona. No entanto, a IA generativa oferece inúmeras

oportunidades para apoiar o jornalismo, pois pode ser utilizada para gerar ideias na fase inicial de criação, perguntas para entrevistas e cabeçalhos ou pode desempenhar um papel no jornalismo de dados e na análise rápida de documentos. Pode também ajudar a transcender os limites dos formatos e das línguas e pode transformar textos em vídeos, *podcasts* e elementos visuais, transcrever, traduzir, ilustrar e tornar os conteúdos acessíveis em formatos de conversa virtual. Desta forma, poderá ser mais fácil chegar a pessoas que anteriormente careciam desse acesso: as comunidades muito pequenas, as pessoas que não têm proficiência em leitura ou compreensão ou que enfrentam outros tipos de limitação, assim como as que simplesmente não estão interessadas em consumir o jornalismo da forma tradicional. Ezra Eeman, diretor do departamento de Estratégia e Inovação da NPO, o serviço público de radiodifusão dos Países Baixos, afirma: «Com a IA generativa, podemos cumprir melhor a nossa missão de serviço público, uma vez que melhora a interatividade, a acessibilidade e a criatividade. A IA ajuda-nos a levar mais conteúdos aos nossos públicos.»

É evidente que alguns operadores do setor estão já inebriados com as promessas da IA generativa, mas esta tecnologia representa riscos consideráveis para o jornalismo. Os dois mais importantes são a perda geral de confiança na informação e o agravamento da erosão, ou mesmo o desaparecimento, dos seus modelos de negócio. Como já referido, as «alucinações» – termo que designa a tendência da IA generativa para fabricar respostas, apresentando soluções cujos factos e fontes aparentam ser verídicos – são, na realidade, uma característica da tecnologia e não um erro de programação. Mas o desafio vai mais longe. Uma vez que a IA generativa permite a qualquer pessoa criar em poucos minutos qualquer tipo de conteúdo, incluindo as falsificações profundas, existe o perigo de que o público perca a confiança em todos os conteúdos em circulação. No âmbito da formação em literacia mediática, já se recomenda a todas as pessoas que sejam céticas em relação aos conteúdos encontrados em linha; este ceticismo saudável pode transformar-se numa desconfiança total quando o fabrico de conteúdos se amplifica. Ainda não se sabe se os órgãos de comunicação social tradicionais colherão benefícios por serem pilares de referência no mundo da informação, ou se se perderá a confiança em todos os meios de comunicação social neste contexto.

A avalanche de pesquisas generativas agrava esta calamidade, uma vez que o jornalismo corre o risco de ficar cada vez mais invisível. Anteriormente, uma pesquisa no Google fornecia um conjunto de hiperligações, muitas delas remetendo para órgãos de comunicação social fiáveis, ao passo que agora o resultado da pesquisa é cada vez mais moldado pela IA generativa. Os resultados surgem em primeiro plano sob a forma de texto, tornando-se desnecessário aprofundar a pesquisa. Não é de admirar que os dirigentes dos órgãos de comunicação social estejam aterrorizados. Muitos deles estão a mergulhar na implantação da IA para aumentar a eficiência, o que obviamente não será suficiente, pois o que é necessário é um maior investimento em jornalismo de qualidade para mostrar ao público as diferenças entre o mero «conteúdo»,

por um lado, e o jornalismo caracterizado por investigação cuidada, exatidão e fiabilidade, por outro.

É necessária uma abordagem ética para a utilização da IA nos meios de comunicação social. Em primeiro lugar, os órgãos de comunicação social necessitam de adotar uma estratégia para a IA, centrando-se no contributo da tecnologia para o valor do serviço público. Os recursos devem ser orientados para o que é desejável e aplicados em conformidade, tendo sempre presente que a IA acarreta um custo considerável para o ambiente e para a sociedade. Deve haver sempre a opção de dizer que não. Os órgãos de comunicação social devem também utilizar o seu poder e influência ao adquirir os produtos, exercer lóbi na regulamentação e participar em debates sobre direitos de autor e proteção de dados. Há muitos fatores em jogo. É imperativo que todas as empresas examinem regularmente os produtos que utilizam para detetarem preconceitos e estereótipos, a fim de evitar a propagação de danos. Por último, neste ambiente em rápida mudança, com o lançamento de novos produtos todos os dias, é arriscado não aderir às tendências. Para traçar caminhos responsáveis na direção certa, é essencial criar e fomentar colaborações dentro do setor e entre o setor e as empresas tecnológicas.

Não há dúvida de que, com a IA generativa, os meios de comunicação social passarão a estar muito mais dependentes das grandes empresas tecnológicas. Quanto mais as empresas tecnológicas integrarem ferramentas de IA nas aplicações utilizadas pelas pessoas na sua vida quotidiana, menor será o controlo que os órgãos de comunicação social terão sobre as práticas, os processos e os produtos. As suas orientações éticas poderão ser apenas um complemento ao que é decidido muito antes por outras entidades.

Tendo em conta o que precede, a seguinte afirmação pode ser um pouco surpreendente: O jornalismo do futuro pode ser muito semelhante ao do passado – e, esperemos, melhor. Mas uma parte do jornalismo atual desaparecerá. Como sempre, o jornalismo continuará a assentar nos factos, nas surpresas, nas narrativas e na responsabilização, mas terá de estabelecer relações estáveis, leais e de confiança com o público, proporcionando orientação, conduzindo conversas e apoiando as comunidades. Num mundo de conteúdos artificiais, revelar o que as pessoas reais dizem, pensam e sentem será muito positivo. Os jornalistas dispõem de instrumentos únicos para o fazer. Contudo, a IA pode ajudar o jornalismo a evoluir – a servir pessoas e grupos, em função das suas necessidades e situações de vida, e a ser mais inclusivo, localizado e enriquecido com dados de uma forma que não era possível antes. Anne Lagercrantz, vice-diretora executiva da televisão sueca, fez a seguinte observação sobre a IA: «Mudará radicalmente o jornalismo, mas não creio que mude o nosso papel na sociedade. Temos de trabalhar pela credibilidade da comunicação social. Precisamos de criar lugares seguros para a informação.» É seguro concluir que os maiores riscos da era da IA não se colocam ao jornalismo em si, mas antes aos seus modelos de negócio.

Este texto tem por base o relatório [«Trusted Journalism in the Age of Generative AI»](#), publicado em 2024 pela União Europeia de Radiodifusão, com investigação e redação de Alexandra Borchardt, Kati Bremme, Felix Simon e Olle Zachrisson.



DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», Alain Coheur, relator do Parecer do CESE - [Criar uma iniciativa emblemática europeia de](#)

promoção da saúde, recomenda que as questões de saúde sejam um tema prioritário para a futura Comissão Europeia. Salienta que a iniciativa emblemática europeia de promoção da saúde, pela sua natureza unificadora, deve demonstrar a solidariedade europeia através do reforço dos sistemas de saúde e da proteção da UE contra futuras crises.



ALAIN COHEUR

SAÚDE DEVE OCUPAR LUGAR DE DESTAQUE NA AGENDA DA NOVA COMISSÃO

Por Alain Coheur

A saúde é um pilar fundamental da resiliência e da prosperidade da UE. Longe de ser um tema secundário, é uma prioridade essencial para todos os cidadãos europeus, uma vez que todos utilizamos os nossos sistemas de saúde. A saúde foi o tema central durante a COVID-19. Não obstante, cabe assinalar que a presidente Ursula von der Leyen não aproveitou a sua posição e essa oportunidade única para tornar a saúde um elemento essencial dos demais domínios de intervenção e promover a integração transversal das políticas de saúde.

Temos de acabar com a compartimentação setorial e desenvolver um modelo europeu mais coerente, coeso e inclusivo, apoiando uma transição justa para todos, sem deixar ninguém para trás. Temos de unir todas as partes interessadas, reforçar o diálogo social e envolver a sociedade civil, desde a conceção das políticas até à sua execução e avaliação.

O Comité apela à criação de uma iniciativa emblemática europeia de promoção da saúde: uma iniciativa unificadora, alicerçada na solidariedade europeia, para reforçar os nossos sistemas de saúde, combater as desigualdades no domínio da saúde e proteger contra crises futuras. Eis alguns dos aspetos que estarão no cerne desta iniciativa abrangente:

- Uma garantia europeia da saúde e da prestação de cuidados: a promessa de garantir a todos os cidadãos europeus um acesso equitativo e universal a cuidados de saúde de qualidade.
- A Abordagem «Uma Só Saúde»: a saúde humana e a saúde animal, vegetal e ambiental são indissociáveis. As alterações climáticas, as pandemias e a perda de biodiversidade são ameaças que nos obrigam a adotar uma abordagem holística.
- Modernizar os nossos sistemas de saúde através da adoção de ferramentas digitais e da inteligência artificial, garantir a cibersegurança e o reforço das competências digitais dos cidadãos e dos profissionais de saúde são as ações no cerne deste processo.
- Investimentos sociais e de saúde estratégicos. Investir na saúde tem um impacto positivo no bem-estar dos cidadãos e na competitividade da Europa.
- Garantir o acesso aos medicamentos e criar uma indústria da UE inovadora e competitiva, cujo desenvolvimento deve priorizar a saúde e o interesse público e reduzir a nossa dependência das cadeias de abastecimento mundiais. A produção em solo europeu é essencial para garantir a nossa soberania em matéria de saúde.
- Assegurar um número suficiente de profissionais de saúde bem formados e bem remunerados, através da criação de condições de trabalho atrativas, do investimento na formação, da criação de carreiras enriquecedoras e da prestação de apoio constante aos profissionais de saúde.
- Reforçar as políticas de saúde e segurança no trabalho, em especial através da medicina do trabalho, de programas de rastreio no local de trabalho e da proteção dos trabalhadores contra agentes cancerígenos e mutagénicos.
- A luta contra o flagelo das doenças não transmissíveis e o desafio das doenças raras deve ser uma prioridade; trata-se de uma luta contra as desigualdades no domínio da saúde decorrentes de múltiplas causas.

NOTÍCIAS DO CESE



[CESE lança candidaturas à 15.ª edição do Prémio para a Sociedade Civil dedicada à luta contra a polarização nefasta da sociedade europeia](#)

As organizações da sociedade civil, as pessoas singulares e as empresas privadas podem candidatar-se com os seus projetos sem fins lucrativos ao prémio do CESE, que se centra este ano na luta contra a polarização nefasta da sociedade europeia.

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) acaba de lançar a 15.ª edição do seu Prémio para a Sociedade Civil. O prémio deste ano visa recompensar especificamente iniciativas e atividades sem fins lucrativos que se realizem na União Europeia (UE) e que sejam eficazes, inovadoras e criativas na luta contra a polarização nefasta da sociedade europeia.

A dotação total do prémio, no valor de 50 mil euros, será partilhada por um máximo de cinco vencedores. O prazo para a apresentação das candidaturas termina às 10 horas (hora de Bruxelas) de 7 de novembro de 2024. A cerimónia de entrega dos prémios realiza-se na Semana da Sociedade Civil do CESE, que terá lugar em março de 2025.

As candidaturas podem ser apresentadas por organizações da sociedade civil registadas oficialmente na UE, ativas a nível local, regional, nacional ou europeu. O prémio está igualmente aberto a pessoas singulares que residam na UE, bem como a empresas registadas ou que operem na UE, desde que os seus projetos não tenham fins lucrativos.

Para serem elegíveis, as iniciativas e os projetos devem ser realizados na UE. Devem já ter sido levados a cabo ou estar ainda em curso. A lista completa dos requisitos e o [formulário de candidatura em linha](#) estão disponíveis na [página Web do CESE sobre o Prémio para a Sociedade Civil](#).

Os tipos de atividades e/ou iniciativas propostas para o prémio podem abranger uma vasta gama de temas, como: a identificação dos fatores individuais e coletivos determinantes para a polarização nefasta; a promoção da transparência no financiamento das organizações; a luta contra a redução da pluralidade dos meios de comunicação social; a promoção da liberdade, da diversidade e da independência dos meios de comunicação social; e o combate à desinformação e às notícias falsas.

O objetivo do Prémio CESE para a Sociedade Civil é sensibilizar para o contributo excecional da sociedade civil no sentido de criar uma identidade e cidadania europeias e promover os valores comuns que reforçam a integração europeia. Todos os anos, o prémio centra-se em temas diferentes particularmente importantes para a UE. (Im)



[CESE solicita reforço da ação da UE em prol do Estado de direito e destaca plataforma da sociedade civil há muito aguardada](#)

Na sequência da nomeação do novo comissário da Democracia, Justiça e Estado de Direito, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) solicitou um reforço da ação da UE em prol do Estado de direito e dos direitos fundamentais.

Na reunião plenária de setembro, o CESE organizou um debate sobre a democracia, em que se avançaram ideias para uma resposta mais assertiva da UE perante as violações do Estado de direito e a erosão democrática, como a plataforma da sociedade civil há muito aguardada, anunciada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

O CESE defende a criação dessa plataforma desde 2016. A plataforma deverá amplificar a voz da sociedade civil na definição das políticas da UE, proporcionando o espaço tão necessário para que as organizações colaborem com as instituições da UE e ajudem a orientar as decisões sobre questões fundamentais como a independência do poder judicial e as liberdades democráticas.

Joachim Herrmann, da Direção da Justiça da Comissão Europeia, apresentou o relatório mais recente sobre o Estado de direito, salientando que abrange os países candidatos à adesão à UE e referindo o seu impacto no mercado único.

Kevin Casas-Zamora, do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), elogiou os esforços da UE, mas alertou para um retrocesso democrático, apelando para uma maior participação da sociedade civil e para a elaboração de relatórios mais pormenorizados sobre o Estado de direito.

Alexandrina Najmowicz, do Fórum Cívico Europeu, instou à formulação de recomendações mais claras e à criação de um sistema de alerta precoce para impedir um agravamento da erosão democrática.

No debate, os participantes advertiram contra a complacência e destacaram a necessidade de fazer face às crescentes preocupações com o autoritarismo, as ameaças à independência do poder judicial e a redução do espaço cívico. **Jerzy Pomianowski**, gestor do Fundo Europeu para a Democracia, alertou para as possíveis consequências de passar para segundo plano a questão da democracia ao privilegiar preocupações mais imediatas, como a migração e a segurança, e solicitou que se afetasse 5% da ajuda ao desenvolvimento a programas dedicados à democracia.

O debate do CESE destacou o papel indispensável da sociedade civil na defesa do Estado de direito e preconizou uma intensificação da sua participação na elaboração das políticas da UE. O lançamento da plataforma da sociedade civil, aliado a um compromisso renovado com os direitos fundamentais, é crucial para o futuro da democracia na UE. (gb)



[CESE e ECOSOCC da União Africana apresentam declaração conjunta na Cimeira do Futuro da ONU](#)

Em 20 de setembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) da União Africana apresentaram uma declaração conjunta na Cimeira do Futuro das Nações Unidas, em Nova Iorque, em que salientaram o papel crucial da sociedade civil na resposta aos desafios

mundiais e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A declaração, elaborada no âmbito do Memorando de Entendimento entre o **CESE** e o **ECOSOCC**, apresenta uma visão comum para um mundo mais justo, mais inclusivo e equitativo. A parceria entre o CESE e o ECOSOCC visa inspirar novas alianças e iniciativas.

O **presidente Oliver Röpké** afirmou: «Esta declaração representa muito mais do que simples palavras; trata-se de um compromisso forte com os nossos valores comuns da democracia, inclusividade e sustentabilidade. Face aos desafios mundiais prementes, precisamos de um multilateralismo mais sólido, em que a participação da sociedade civil seja verdadeiramente central.»

A declaração conjunta salienta a necessidade de:

- acelerar os progressos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizando a elaboração de uma estratégia abrangente para esse fim;
- promover uma transição justa para a neutralidade climática, salientando a importância de assegurar o trabalho digno e erradicar a pobreza na transição para economias com impacto neutro no clima;
- realizar uma reforma global do sistema financeiro mundial, a fim de apoiar melhor o desenvolvimento sustentável, em particular nos países vulneráveis;
- adotar políticas sensíveis às questões de género, que promovam iniciativas inclusivas do ponto de vista do género nos programas de ação climática e de desenvolvimento;
- atribuir à sociedade civil um papel central na reforma da governação mundial, nomeadamente na reforma dos órgãos de decisão das Nações Unidas;
- associar os jovens e promover a inovação digital como motores fundamentais da futura governação mundial.

A parceria entre o CESE e o ECOSOCC foi formalizada com a assinatura de um memorando de entendimento em 17 de julho de 2024, em Acra (Gana), que reforça a cooperação em questões fundamentais como o desenvolvimento sustentável, a ação climática e a participação da sociedade civil. Estabelece ações nesse sentido, incluindo reuniões regulares, contributos conjuntos para as cimeiras entre a União Europeia e a União Africana e a criação de um mecanismo permanente de participação da sociedade civil.

A colaboração reflete o empenho de ambas as instituições na promoção dos ODS das Nações Unidas e de uma governação inclusiva. Colocando a tónica no reforço do papel da sociedade civil na Parceria África-UE, o memorando de entendimento sublinha a necessidade de soluções conjuntas para os desafios mundiais, como as alterações climáticas e a resiliência democrática.

O CESE e o ECOSOCC pretendem capacitar a sociedade civil em toda a África. (at)



[Numa resolução adotada após as eleições, CESE insta instituições da UE a centrarem-se na segurança durante o novo mandato](#)

Na sua plenária de outubro, o CESE adotou a Resolução - [Traçar o processo democrático da UE: uma resolução para o próximo mandato legislativo](#) elaborada pelos membros Christa Schweng, Cinzia Del Rio e Ioannis Vardakastanis.

Dada a atual situação de crises múltiplas, o CESE solicita ao Parlamento Europeu recém-eleito e à nova Comissão que tirem partido da diversidade de representação no CESE para reforçar a União Europeia.

O novo mandato legislativo deve ter por objetivo reforçar a posição da UE no plano internacional, resolver os problemas da sua arquitetura institucional, proporcionar uma âncora sólida para os valores comuns da Europa e orientar a economia para um futuro sustentável assente num modelo social avançado e inclusivo, o que é vital para o progresso, a unidade e a competitividade.

Na resolução, o CESE insta as instituições da UE a estabelecerem um conceito de segurança com seis vertentes, assente numa União que:

- proteja os seus cidadãos contra ameaças externas;
- proteja as pessoas contra os riscos internos, principalmente os relacionados com a saúde, as alterações demográficas e a pobreza, e que proporcione o acesso universal à proteção social e ao bem-estar em toda a Europa;
- garanta uma economia social de mercado competitiva assente em ecossistemas que assegurem a produtividade, a inovação, o emprego de qualidade e o pleno emprego;
- crie uma economia resiliente para todos;
- assegure o diálogo e a participação dos parceiros sociais, da sociedade civil organizada e dos cidadãos, a fim de fazer face aos desafios e transformações profundas de hoje e do futuro próximo;
- proteja contra as ameaças atuais e futuras associadas às alterações climáticas, à poluição e à perda de biodiversidade.

Esta resolução é o resultado da primeira [Semana da Sociedade Civil](#), organizada pelo CESE em março de 2024 para recolher os pontos de vista dos cidadãos europeus de todas as idades, dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil. (mp)



Biodiversidade: CESE solicita abordagem integrada para fazer face à tripla crise planetária

Em vésperas da 16.ª reunião da Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (COP16), o Comité Económico e Social Europeu (CESE) [solicita uma abordagem global integrada para fazer face à atual crise da biodiversidade](#).

Tendo em conta o aumento das tensões a nível mundial, o CESE exorta os governos a centrarem-se na biodiversidade como solução fundamental para a tripla crise planetária (alterações climáticas, perda de biodiversidade e desertificação). A COP16 será uma ocasião determinante para acelerar os esforços a nível mundial no sentido de salvaguardar os ecossistemas do nosso planeta, tal como o CESE salientou no seu parecer

adotado em setembro.

«Sem biodiversidade, os ecossistemas e as economias desaparecerão, uma vez que mais de metade do PIB mundial e 40% dos postos de trabalho dependem diretamente da natureza», afirmou Arnaud Schwartz, relator do parecer.

O CESE salienta que a biodiversidade, que constitui a base dos ecossistemas, do bem-estar humano e das economias, deve ser integrada nas diversas políticas, nomeadamente em matéria de clima, agricultura e comércio, não devendo ser tratada isoladamente. Por exemplo, os acordos comerciais devem promover a sustentabilidade ao assegurar que as mercadorias e as tecnologias não contribuem para a desflorestação e

a destruição dos *habitats*.

É igualmente urgente assegurar apoio financeiro para a preservação da biodiversidade. O financiamento público, por si só, é insuficiente, afigurando-se necessária uma combinação de mecanismos de financiamento inovadores, tanto públicos como privados.

O CESE insta a UE a apoiar os países do Sul Global na proteção da biodiversidade e preconiza a eliminação progressiva dos subsídios prejudiciais à biodiversidade, em especial os que promovem os combustíveis fósseis. A reorientação desses subsídios para o restauro dos ecossistemas poderá dar resposta não só às alterações climáticas mas também à perda de biodiversidade através de soluções baseadas na natureza, como a reflorestação, a agricultura sustentável e a recuperação de zonas húmidas.

Além disso, o CESE salientou a importância da Abordagem «Uma Só Saúde», que associa a saúde humana, animal e do ambiente. Os ecossistemas saudáveis prestam serviços essenciais, como a polinização, o sequestro de carbono e a filtração da água, os quais contribuem para o bem-estar humano. A perda de biodiversidade compromete a resiliência dos ecossistemas, aumentando o risco de doenças zoonóticas, como a COVID-19.

O CESE apelou igualmente para o reforço da participação dos jovens na tomada de decisões. Propôs a criação do cargo de vice-presidente executivo da Comissão Europeia para as gerações futuras, a fim de assegurar que a sustentabilidade e o bem-estar a longo prazo são prioritários em relação aos ganhos a curto prazo. (ks)



[Prémios europeus da produção biológica 2024: Itália, Espanha e Suécia lideram nas categorias de melhor PME, melhor loja e melhor restaurante de produtos biológicos, distinguidos pelo CESE](#)

Em 23 de setembro de 2024, a Comissão Europeia [anunciou os vencedores](#) da terceira edição dos prémios europeus da produção biológica. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) escolheu e premiou os vencedores em três categorias principais: **Melhor PME de Transformação de Produtos Alimentares Biológicos, Melhor Loja de Produtos Alimentares Biológicos, e Melhor Restaurante/Serviço de Restauração Biológico.**

Os vencedores são:

- **Melhor PME de Transformação de Produtos Alimentares Biológicos:** *Gino Girolomoni Cooperativa Agricola* (Itália), uma cooperativa que produz massas alimentícias biológicas na região das Marcas com recurso a energias renováveis, apoiando mais de 300 agricultores locais.
- **Melhor Loja de Produtos Alimentares Biológicos:** *SAiFRESC* (Espanha), uma iniciativa liderada por agricultores que produz 70 variedades de frutas e produtos hortícolas biológicos em 30 hectares de terras agrícolas biológicas, promove uma economia circular e oferece seminários educativos.
- **Melhor Restaurante/Serviço de Restauração Biológico:** *Kalf & Hansen* (Suécia), uma cadeia de restauração especializada em gastronomia nórdica 100% biológica e sazonal, conhecida pelo seu aprovisionamento sustentável e pelos laços fortes com os produtores locais.

Peter Schmidt, presidente da Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente (NAT) do CESE, elogiou os vencedores, observando que os prémios reconhecem a inovação e a excelência no setor biológico da UE. Salientou que aumentar a acessibilidade e a comportabilidade dos preços dos produtos biológicos é essencial para o crescimento do setor e para ajudar a UE a cumprir o seu objetivo de 25% de agricultura biológica até 2030. «No entanto, a resolução dos problemas sociais através das políticas agrícolas é a abordagem errada. As políticas sociais devem capacitar os cidadãos europeus para poderem comprar produtos biológicos», acrescentou.

Os prémios europeus da produção biológica fazem parte da iniciativa mais vasta do *Dia Biológico da UE*, criado em 2021 para destacar os benefícios da agricultura biológica. Este tipo de agricultura, apoiada pela política agrícola comum da UE, cresceu significativamente, passando de 5,9% das terras agrícolas da UE em 2012 para 10,5% em 2022, tendo as vendas a retalho atingido 45 mil milhões de euros em 2022. Apesar dos desafios económicos, a UE continua a ser o segundo maior mercado biológico a nível mundial, a seguir aos EUA. (ks)



O CESE na COP29

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) voltará a participar este ano na COP29, a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2024, que se realizará em Baku, capital do Azerbaijão.

O CESE será representado por **Peter Schmidt**, presidente do Grupo Eventual para a COP, e por **Diandra Ní Bhuachalla**, delegada do CESE para a juventude na COP. Na conferência, o CESE veiculará as mensagens do seu parecer sobre o financiamento da ação climática, adotado recentemente, e reiterará os seus apelos para uma transição inclusiva e equitativa, impedindo que a ação climática aumente as desigualdades sociais. O CESE defenderá igualmente sistemas agroalimentares sustentáveis, energias renováveis, eficiência energética, tecnologias ecológicas e o alinhamento dos objetivos para a biodiversidade e para o clima. Através da sua participação na COP29, o CESE pretende assegurar que a voz da sociedade civil europeia é ouvida e que da conferência emanam soluções equilibradas e socialmente justas para a crise climática. (ks)



CESE leva a Iniciativa de Cidadania Europeia para fora de Bruxelas

Em 4 de outubro, o Grupo Eventual para a Iniciativa de Cidadania Europeia do Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizou um debate em Zagrebe sobre o tema «A Iniciativa de Cidadania Europeia - Situação atual na Croácia». O debate teve por objetivo permitir aos membros do grupo eventual dialogar com as partes interessadas locais para partilhar as suas experiências, pontos de vista e ideias. Os participantes centraram-se, em particular, na visibilidade da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) na Croácia e na sensibilização para a mesma, bem como nos ensinamentos retirados e nas boas práticas identificadas até à data. A Iniciativa de Cidadania Europeia é um instrumento que permite aos cidadãos da União Europeia (UE) influenciar diretamente as políticas da União, propondo nova legislação.

O debate em Zagrebe sobre o tema «A Iniciativa de Cidadania Europeia - Situação atual na Croácia» foi o primeiro evento deste tipo que o grupo eventual organizou fora de Bruxelas. Acolhidos pela Câmara Croata de Artes e Ofícios, os membros do grupo eventual do CESE tiveram o prazer de dar as boas-vindas a **Margareta Maderić**, secretária de Estado no Ministério do Trabalho croata, **Dino Zorić**, do Ministério da Justiça croata, representantes da **Comissão Europeia** e do **Fórum da ICE**, e muitos participantes em representação dos **centros de informação Europe Direct**, de **universidades**, de **órgãos de poder local** e de **conselhos económicos e sociais nacionais**, bem como **embaixadores da ICE**, **organizadores de ICE**, **estudantes universitários** e outras partes interessadas croatas neste tipo de iniciativa.

Ao debate seguiu-se, à tarde, uma reunião ordinária do Grupo Eventual para a Iniciativa de Cidadania Europeia e um passeio no centro de Zagrebe, durante o qual os membros do grupo eventual foram ao encontro dos cidadãos croatas, distribuindo o popular [Passaporte Europeu para a Democracia](#) do CESE.

Com o seu programa de trabalho para 2023-2025, o grupo eventual pretende aumentar ainda mais a participação ativa do CESE no processo da Iniciativa de Cidadania Europeia. O grupo eventual tenciona organizar outras reuniões fora de Bruxelas, uma vez que constituem uma boa oportunidade para debater com as partes interessadas nas ICE a nível local e sensibilizar para esta iniciativa a nível nacional e local.

Atualmente presidido por Violeta Jelić, membro do CESE, o Grupo Eventual para a Iniciativa de Cidadania Europeia foi criado em 2013 para fornecer orientações políticas sobre a ICE e acompanhar a evolução neste domínio.

A Iniciativa de Cidadania Europeia foi introduzida pelo Tratado de Lisboa e entrou em vigor em 2012 enquanto primeiro instrumento de democracia participativa a nível transnacional. Permite que, pelo menos, um milhão de cidadãos da UE provenientes de, no mínimo, sete Estados-Membros convidem a Comissão Europeia a propor legislação, pelo que é o equivalente mais próximo de uma iniciativa legislativa dos cidadãos.

O CESE tem desempenhado um papel muito ativo no desenvolvimento e na promoção da Iniciativa de Cidadania Europeia desde o seu início. (ep)



CESE e CR organizam Jornadas da Cibersegurança em Bruxelas

De 2 a 4 de outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Comité das Regiões (CR) organizaram o Mês Europeu da Cibersegurança em Bruxelas. O evento reuniu oradores de alto nível das instituições da UE, dos órgãos de poder regional e da sociedade civil para fazer face aos desafios de um mundo em linha em rápida mutação.

A 12.^a edição do Mês Europeu da Cibersegurança centrou-se na engenharia social, uma ameaça cada vez maior que explora o comportamento humano para obter acesso não autorizado a informações e serviços, o que constitui uma violação da segurança.

As principais conclusões do evento deste ano são as seguintes:

1. O novo Regulamento Cibersegurança estabelece uma base comum para as instituições da UE e os Estados-Membros.
2. As avaliações regulares dos riscos são cruciais para identificar vulnerabilidades e selecionar estratégias de atenuação prioritárias.
3. As ameaças emergentes, como os ataques baseados na inteligência artificial (IA) e a computação quântica, exigem contramedidas inovadoras.
4. Os órgãos de poder regional desempenham um papel crucial no apoio às entidades locais através da partilha de conhecimentos, da assistência técnica e de programas de formação adaptados.
5. Os ataques de engenharia social baseados na IA estão a aumentar e o combate a este fenómeno exige uma abordagem multidimensional e colaborativa.

Estão disponíveis mais informações sobre o evento [aqui](#). (lp)



CESE Info – Projeção do filme «A sala de professores»

Na terça-feira, 17 de setembro, o CESE organizou a projeção do filme «A sala de professores», vencedor do [LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema](#).

Realizado pelo **cineasta alemão Ilker Çatak**, o filme acompanha os desafios enfrentados por uma professora e retrata, de passagem, questões mais vastas no âmbito do sistema educativo. Após a projeção, a audiência participou num debate moderado por **Laurențiu Plosceanu, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação**. **Jan Wilker e Tatjana Babrauskienė, oradores convidados**, contribuíram para o debate debruçando-se sobre os temas tratados no filme e a forma como espelham algumas questões sociais atuais.

A projeção do filme insere-se numa série de projeções organizadas pelo **CESE em colaboração com o LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema, do Parlamento Europeu** e põe em evidência o empenho e o papel do CESE na promoção e no fomento do diálogo sobre temas sociais prementes.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Relatório Draghi traça o caminho a seguir, mas teremos a coragem e a vontade política de restabelecer a competitividade da UE?

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE

A publicação do relatório de Mario Draghi voltou a destacar a urgência de resolver os problemas económicos da Europa. Tanto o relatório Letta como o relatório Draghi fazem soar (muito alto) campainhas de alarme, pois a Europa enfrenta um momento decisivo, e não nos podemos permitir ser complacentes.

Os desafios são maiores do que nunca: nas últimas duas décadas, o crescimento económico da União Europeia (UE) tem sido persistentemente mais lento do que o dos Estados Unidos, enquanto a China se aproxima a passos largos. Entre 2002 e 2023, a diferença entre o PIB da UE e o dos EUA (a preços de 2015) acentuou-se de forma preocupante, passando de pouco mais de 15% para 30%. Este contraste é ainda mais flagrante quando se analisa a paridade de poder de compra, tendo a diferença aumentado de 12% para 34%.

Um dos maiores desafios é o quadro regulamentar da Europa. Os valores são impressionantes: entre 2019 e 2024, a UE adotou cerca de 13 000 atos legislativos, em comparação com cerca de 3 500 nos EUA.

Esta sobrecarga regulamentar implica custos de conformidade significativos para as empresas, desviando recursos que poderiam ter sido destinados à inovação e à melhoria do desempenho. Além disso, incentiva uma tendência preocupante de deslocalização das empresas para fora da UE, tendo 30% dos «unicórnios» europeus abandonado a Europa entre 2008 e 2021.

Como salienta Mario Draghi, o investimento, por si só, não impulsionará a Europa. Cabe assegurar que as reformas conduzem a progressos significativos. Devemos centrar a nossa atenção na conclusão do mercado único, na eliminação dos obstáculos, na priorização de uma abordagem coerente para a redução dos encargos e na racionalização da regulamentação. Estas são medidas fundamentais que podem ser tomadas imediatamente sem provocar grandes batalhas políticas e que proporcionariam benefícios tangíveis às empresas, em especial às PME, que constituem o pilar das nossas economias.

Além disso, não podemos ignorar a interligação dos nossos setores e das nossas economias. As melhorias num domínio podem ter repercussões positivas noutros. Por exemplo, a integração da inteligência artificial e das tecnologias baseadas em dados pode favorecer uma gestão mais inteligente da energia em todas as indústrias, reduzindo significativamente os custos e as emissões, desde a produção avançada até à

agricultura de precisão. São estas as sinergias que temos de procurar.

O caminho a seguir é claro. A Europa tem a capacidade, o talento e o potencial de inovação para recuperar a sua vantagem competitiva. Mas tal exigirá uma forte vontade política, colaboração e concentração em objetivos estratégicos a longo prazo. Agora, cabe-nos a nós – instituições da UE e Estados-Membros – transformar estas oportunidades em ações que produzam mudanças reais.



Défice de competências? Falta a pasta do Emprego e Direitos Sociais no novo colégio de comissários

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Agora que o novo colégio de comissários foi divulgado, não podemos deixar de constatar que a pasta do Emprego e Direitos Sociais foi extinta. Em seu lugar, temos agora o cargo de comissário das Pessoas, Competências e Preparação. O termo «pessoas» suscita, desde logo, muitas interrogações. E as outras pastas, não dizem também, quase todas elas, respeito às pessoas? Poderíamos ainda tecer algumas observações quanto à escolha do termo «preparação», puro jargão que consta já de outra pasta.

Porém, o problema é sobretudo o que falta e o que foi deixado para trás. A política social e o emprego passaram para segundo plano, [em nome da competitividade](#). A natureza hermética e, por vezes, rebuscada de alguns títulos de outras pastas fala por si: da «implementação e simplificação» à «prosperidade» ou «resiliência hídrica», para citar só alguns exemplos.

A pasta para o Emprego e a Política Social existia desde a década de 1970, tendo passado a designar-se Emprego e Direitos Sociais em 2019. Dela faziam parte políticas fundamentais, como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e as iniciativas de grande alcance que lhe estão associadas. O emprego de qualidade, a igualdade, o diálogo social e as condições de trabalho e de vida continuam a ser questões essenciais para a própria sobrevivência das nossas democracias.

No entanto, em vez de emprego, falamos agora de competências. A ideia de que muitos dos nossos problemas atuais resultam de um défice de competências parece ser amplamente aceite em alguns círculos. As empresas têm dificuldade em encontrar a mão de obra qualificada de que necessitam. E não é de surpreender. Para aceder ao primeiro emprego já é necessário dispor de vários anos de experiência profissional e não é raro exigir-se um doutoramento, o domínio de várias línguas e toda uma série de competências certificadas que poderiam ser adquiridas no emprego em apenas alguns meses. Além disso, muitas vezes os salários propostos dificilmente cobrem o custo de vida. E isto aplica-se para as posições qualificadas, para as quais está reservado o melhor quinhão.

É extremamente preocupante observar a forma como a Comissão embarcou nesta narrativa claramente dominada pela competitividade e polvilhada de jargão. Parece sugerir que o bem-estar, o emprego de qualidade e os salários dignos já são um dado adquirido e que agora a única questão que resta resolver é o

défice de competências. No entanto, este défice parece especialmente apanágio do novo colégio de comissários, incapaz de compreender a situação atual, de a contextualizar e de oferecer soluções realistas. Esperemos que, por trás destes títulos iniciais das pastas, se escondam propostas sólidas para reforçar os direitos sociais e laborais, a democracia e a luta contra as alterações climáticas.



Criar laços entre gerações: promover o diálogo intergeracional, a justiça e a solidariedade na União Europeia

Por Krzysztof Balon, relator do Parecer do CESE - Promover a solidariedade intergeracional europeia - rumo a uma abordagem horizontal da UE.

O Tratado da União Europeia estabelece que «[a] União [...] promove [...] a solidariedade entre as gerações».

No entanto, a discriminação baseada na idade, as atitudes negativas em relação a determinados grupos etários e as tendências demográficas associadas a múltiplas crises estão a dividir as sociedades europeias e a criar obstáculos à verdadeira integração e participação. Estas questões não afetam apenas as gerações mais velhas e terão também impacto nas atuais gerações mais jovens.

Ao mesmo tempo, o diálogo intergeracional e as influências positivas no desenvolvimento económico responderiam de forma sustentável às necessidades das diferentes gerações, reforçando a democracia e a coesão social. O diálogo intergeracional funcionaria como uma forma de diálogo civil.

Necessitamos, portanto, de uma nova abordagem estratégica para a solidariedade intergeracional – aqui e agora.

Assim, o CESE insta a Comissão Europeia a publicar um Livro Verde sobre a solidariedade intergeracional, que deve incluir as propostas mencionadas no Parecer do CESE – [Promover a solidariedade intergeracional europeia](#), designadamente as relacionadas com o mundo do trabalho, os regimes de pensões e os serviços de saúde e de prestação de cuidados. Os Estados-Membros, por sua vez, são exortados a proceder ao intercâmbio de boas práticas nestes domínios. Para apoiar estes esforços, a solidariedade intergeracional deve ser definida como um dos objetivos dos regulamentos relativos ao Fundo Social Europeu para 2027-2034.

As organizações da sociedade civil e os parceiros sociais desempenham um papel fundamental no planeamento e na execução de políticas específicas. O CESE deve criar um Fórum de Solidariedade Intergeracional enquanto plataforma para o intercâmbio de informações e experiências e para o desenvolvimento de novas ideias em estreita cooperação com as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas pertinentes. Com a participação da Comissão Europeia, o fórum poderá também acompanhar a aplicação e o desenvolvimento da abordagem de solidariedade intergeracional em toda a UE.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Seminário Conectar a UE: jornalismo é um bem público que a UE tem de defender

Em 17 e 18 de outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizou, como todos os anos, o seu principal evento de comunicação, Conectar a UE, que reúne profissionais da comunicação de organizações da sociedade civil. Tendo por título «O bastião da democracia: ajudar o jornalismo a sobreviver e a prosperar», o seminário centrou-se este ano na situação atual dos meios de comunicação social e no lugar que lhes cabe na sociedade. O facto de os jornalistas serem confrontados com uma pressão crescente por parte dos governos e de interesses privados que restringe a liberdade dos meios de comunicação social foi um dos aspetos realçados. Além dos obstáculos conhecidos, os jornalistas enfrentam agora também o impacto crescente da inteligência artificial (IA) generativa, que, apesar dos seus benefícios, ameaça as bases económicas do jornalismo.

«O que é verdade? Esta pergunta, tão antiga, voltou a surgir com a IA, no contexto das notícias falsas, das teorias da conspiração e dos governos autoritários, que comprometem sistematicamente o debate informado, a exatidão e a interação respeitadora. É por ela ser tão de atualidade que nos reunimos em busca de perguntas e respostas que nos unam na UE», declarou o presidente do CESE, **Oliver Röpké**.

«Há 20 anos, poucos poderiam ter previsto que, em 2024, a maior parte das pessoas deixaria de ler o jornal matutino a acompanhar o café, passando antes a navegar nos seus telefones para ler as notícias nos sítios Web noticiosos e, cada vez mais, nas redes sociais», afirmou **Aurel Laurențiu Plosceanu**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, salientando que «surgem novos desafios sem que os velhos tenham sido superados». Os jornalistas continuam a lutar contra os mesmos inimigos de sempre: censura, falta de transparência na propriedade dos meios de comunicação social, financiamento insuficiente e legislação hostil à liberdade dos meios de comunicação social, para citar apenas alguns».

Ricardo Gutiérrez, secretário-geral da Federação Europeia dos Jornalistas, salientou que o trabalho dos jornalistas deve ser tratado como um «serviço público» ou «bem público» ameaçado por desafios económicos, assediado por ações judiciais estratégicas contra a participação pública e por violência direta (14 jornalistas foram mortos na UE desde 2015).

«O jornalismo está a tornar-se numa profissão mais perigosa do que nunca», afirmou **Jerzy Pomianowski**, diretor executivo do Fundo Europeu para a Democracia, referindo a perseguição de jornalistas na Bielorrússia. **Andrey Gnyot**, cineasta, ativista e jornalista bielorrusso em prisão domiciliária em Belgrado e em risco de extradição, partilhou, na sua mensagem de vídeo, que a maior ameaça ao jornalismo é «a intenção de destruir com força bruta a verdade e a decência». **Hanna Liubakova**, jornalista bielorrussa,

condenada a 10 anos de prisão à revelia, acrescentou igualmente que, na Bielorrússia, 33 jornalistas estão detidos e que até mesmo a subscrição do seu canal nas redes sociais pode resultar em pena de prisão.

Alexandra Borchardt, jornalista com longa experiência profissional, consultora independente, investigadora na área dos meios de comunicação social e principal autora do relatório da União Europeia de Radiodifusão, intitulado «Jornalismo de confiança na era da inteligência artificial generativa», fez uma declaração, segundo ela, «provocadora» de que «o jornalismo e a IA generativa estão em conflito, porque o jornalismo diz respeito a factos e a IA generativa calcula probabilidades, pelo que não trata de factos. É por esta razão que é necessário verificar os factos», afirmou no seu discurso sobre **a informação fidedigna na era da IA generativa**.

Alexandra Borchardt alertou os meios de comunicação social para a criação um «fosso digital», em que parte da sociedade acolhe a era da IA e outra parte resiste à mesma. Se os meios de comunicação social não se adaptarem, correm o risco de perder a batalha da utilização da IA para modernizar e chegar ao público. Os desafios enfrentados pelos meios de comunicação social decorrentes da IA generativa incluem a perda de visibilidade dos jornalistas num modelo de negócio assente na IA e a falta de controlo sobre os conteúdos.

A possibilidade de a IA produzir informações em excesso e em massa pode sobrecarregar o público. «Quererão os jovens tornar-se jornalistas se isso significar competir com a IA?», perguntou Alexandra Borchardt. (II)



Assassinos de jornalistas não conseguirão silenciar a verdade

Lukáš Diko, diretor do Centro de Investigação Ján Kuciak, foi um dos oradores da sessão sobre jornalismo de investigação do seminário «Conectar a UE 2024». Falou connosco sobre o trabalho dos jornalistas de investigação na Eslováquia atual, um país onde o apoio à liberdade de imprensa e o combate à corrupção deram lugar, após o assassinato de Ján Kuciak, à desconfiança face aos média independentes e a uma atmosfera

hostil aos jornalistas.

1. O homicídio do seu colega Ján Kuciak, o primeiro jornalista assassinado na Eslováquia desde a conquista da independência, chocou o público não só no seu país mas também na UE. Quais são as últimas notícias do processo judicial instaurado aos autores dos crimes?

Passaram seis anos e meio desde que Ján Kuciak e a sua noiva, Martina Kušnírová, foram assassinados devido ao trabalho de investigação de Ján. Apesar disso, o julgamento ainda não terminou e poderá continuar a arrastar-se. O assassino, o seu condutor e o intermediário foram hoje condenados a longas penas de prisão. No entanto, os processos judiciais do alegado mandante, o empresário Marian Kočner, e da sua colaboradora próxima, Alena Zsuzsová, que, segundo a investigação, encomendou o crime, encontram-

se pendentes das decisões de recurso do Supremo Tribunal. O julgamento em primeira instância resultou na condenação de Alena Zsuzsová, ao passo que Kočner foi absolvido. Existe também a possibilidade de um novo julgamento, o que dependerá da decisão que for proferida pelo Supremo Tribunal. Tanto Kočner como Zsuzsová já cumpriram duras penas de prisão por outros crimes. O Centro de Investigação Ján Kuciak tem acompanhado este julgamento com muita atenção, uma vez que um dos nossos principais objetivos é preservar o legado de Ján prosseguindo o seu trabalho de investigação.

2. Após o choque inicial e as manifestações contra os homicídios que provocaram a demissão do então primeiro-ministro, Robert Fico, o que é que mudou na opinião pública para que ele fosse novamente eleito?

Após o assassinato de Ján e Martina em 2018, toda a sociedade foi dominada por um sentimento de indignação. A Eslováquia assistiu aos maiores protestos populares desde a Revolução de Veludo de 1989, que conduziu à queda do comunismo. As manifestações levaram à demissão do primeiro-ministro, Robert Fico, e do ministro do Interior, Robert Kaliňák. A população apoiava os jornalistas, todas as pessoas se interessavam pelo jornalismo de investigação e o combate à corrupção era uma preocupação generalizada. A oposição soube aproveitar este sentimento geral e ganhou as eleições em 2020 com um programa anticorrupção. Mas pouco depois, o aparecimento da pandemia de COVID-19 trouxe toda uma série de problemas, incluindo má gestão e instabilidade política. Enquanto político experiente, Robert Fico soube retirar dividendos políticos dos protestos contra a vacinação. Além disso, com o início da guerra na Ucrânia, intensificou a sua narrativa pró-russa, o que ajudou o seu partido, os sociais democratas do SMER, a recuperar o apoio do eleitorado. A Eslováquia é particularmente vulnerável à propaganda e à desinformação e estes fatores contribuíram para que Robert Fico e o seu partido vencessem as eleições de 2023.

3. Até que ponto é perigoso ser hoje jornalista de investigação na Eslováquia? Que novas ameaças enfrenta no seu trabalho?

Nos últimos anos, foram assassinados quatro jornalistas de investigação nos Estados-Membros da UE: Daphne Caruana Galizia, em Malta, em 2017; Ján Kuciak, na Eslováquia, em 2018; Giorgos Karaivaz, na Grécia, em 2021; e Peter de Vries, nos Países Baixos, em 2021. O jornalismo de investigação tornou-se uma profissão perigosa na Europa. No entanto, também foi possível constatar que os assassinos nunca são bem-sucedidos nas suas tentativas de silenciar a voz da imprensa e que a verdade acaba sempre por vir à tona. Foi isso que vimos acontecer em todos os países onde foram assassinados jornalistas.

Apesar destes homicídios infames, os ataques verbais ou em linha contra os jornalistas continuam a aumentar na Eslováquia. E são frequentemente os próprios representantes políticos, incluindo o primeiro-ministro, que instigam ao assédio e à difamação dos jornalistas. Esta atmosfera hostil aos jornalistas e aos meios de comunicação social independentes favorece a prática de outras ações de intimidação. Ultimamente assistimos a um aumento das ações judiciais estratégicas contra a participação pública. O primeiro-ministro, Robert Fico, por exemplo, intentou uma ação contra o editor do sítio Web noticioso Aktuality.sk por este utilizar a sua fotografia na capa de um livro. O caso mais recente envolve a utilização abusiva das forças policiais para intimidar os jornalistas e teve como alvo um colega nosso do Centro de Investigação Ján Kuciak. Todos estes ataques minam a confiança do público nos meios de comunicação social independentes e criam uma atmosfera de hostilidade generalizada contra os jornalistas. Consequentemente, o número de jornalistas de investigação no país está a diminuir e poucos são os jovens que aspiram a ingressar nesta carreira. Pelo lado positivo, o Centro de Investigação Ján Kuciak lançou o projeto Safe.journalism.sk, que disponibiliza formação em segurança pessoal e digital aos jornalistas em

geral e presta assistência jurídica e apoio psicossocial aos jornalistas vítimas de ameaças e de ataques.

Lukáš Diko é o editor e presidente do Centro de Investigação Ján Kuciak. É jornalista de investigação há mais de 20 anos. Durante a sua carreira tem ocupado cargos de direção em meios de comunicação social. Trabalhou como diretor do departamento de notícias, desporto e assuntos públicos da Rádio e Televisão da Eslováquia (RTVS), o organismo público de radiodifusão do país. É também coautor do código deontológico dos jornalistas eslovacos, adotado em 2011.



Prémio Daphne Caruana Galizia para jornalistas – Incentivar a excelência jornalística

O seminário «Conectar a UE 2024» foi organizado com o apoio do Prémio Daphne Caruana Galizia para jornalistas. Atribuído anualmente, em outubro, pelo Parlamento Europeu, o prémio distingue um jornalismo de investigação corajoso. Saiba mais sobre o prémio e a cerimónia de entrega dos prémios de 2024, que terá lugar em 23 de outubro.

Em síntese

O Prémio Daphne Caruana Galizia para jornalistas foi lançado em 2021 como homenagem à jornalista e bloguista maltesa assassinada em 2017. É atribuído, numa base anual, a um trabalho jornalístico de excelência que reflete os princípios e valores fundamentais da União Europeia, como a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O laureado de 2024 será anunciado na cerimónia de entrega dos prémios, que terá lugar em 23 de outubro, às 18 horas, no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo. Pode acompanhar a cerimónia em direto [aqui](#). Um júri independente à escala europeia, composto por jornalistas e peritos em comunicação, selecionou [13 obras finalistas](#).

A vice-presidente do PE, Pina Picierno (responsável pelo prémio), dará as boas-vindas aos participantes e passará a palavra à presidente do PE, Roberta Metsola, para o seu discurso de abertura. Em seguida, um membro do júri apresentará uma visão geral do prémio, sendo o troféu entregue ao vencedor por um representante dos laureados do ano passado.

Em retrospectiva

Na sua edição inaugural, o prémio foi atribuído ao [Projeto Pegasus](#), coordenado pelo consórcio [Forbidden Stories](#), tendo os vencedores de 2022 sido Clément Di Roma e Carol Valade por um [documentário](#) sobre «**República Centro-Africana: a capacidade de influência russa**». Em 2023, o prémio foi atribuído a uma [investigação conjunta](#) sobre o **naufrágio do navio de migrantes Pylos** realizada pelo centro de investigação grego Solomon, em colaboração com o instituto de investigação Forensis, o organismo público de radiodifusão alemão StrgF/ARD e o jornal britânico *The Guardian*.

Seminário de imprensa

Antes da cerimónia de entrega dos prémios, a Unidade dos Serviços aos Meios de Comunicação do Parlamento Europeu realizará um seminário de imprensa sobre a salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social (23 de outubro, às 15 horas). Prevê-se que cerca de 65 jornalistas participem, com discursos e debates informativos na presença de Matthew Caruana Galizia, jornalista e filho de Daphne Caruana Galizia.

O programa incluirá testemunhos de jornalistas que tenham enfrentado ameaças relacionadas com o seu trabalho. Um exemplo é Stefania Battistini, jornalista italiana que foi recentemente acrescentada à lista das pessoas procuradas da Rússia na sequência de um relatório sobre a guerra. O seminário será transmitido via Internet [aqui](#).



Dois anos da Iniciativa Hannah Arendt: proteger jornalistas em regiões em crise e no exílio

A Iniciativa Hannah Arendt foi um dos programas apresentados na edição de 2024 do Seminário Conectar a UE do CESE, dedicado ao jornalismo. Trata-se de uma rede de organizações da sociedade civil que apoiam e protegem os jornalistas que trabalham sob extrema pressão e estão sujeitos a censura, assédio e perseguição. A iniciativa, um programa de proteção financiado pelo Governo Federal alemão, oferece diversos tipos de ajuda preciosa a jornalistas de todo o mundo - desde o Afeganistão e o Sudão até à Rússia e à Ucrânia -, quer nos seus países de origem quer no exílio.

Quando as vozes críticas são reduzidas ao silêncio, os jornalistas são presos e os meios de comunicação social são encerrados, o público deixa de ter acesso a uma informação independente. No entanto, essa informação é essencial para que as pessoas possam formar livremente as suas opiniões e para o funcionamento da democracia.

Dois anos após o lançamento da [Iniciativa Hannah Arendt](#) pelo Governo Federal alemão, os motivos de preocupação não diminuíram, aumentaram. O último Índice Mundial da Liberdade de Imprensa elaborado pelos Repórteres Sem Fronteiras mostra que as condições para os profissionais da comunicação social se deterioraram em todo o mundo. Atualmente, há mais países - 36 no total - classificados na pior categoria («situação grave») do que há mais de uma década. Jornalistas de vários países desta categoria, incluindo a Rússia, o Afeganistão e o Sudão, contam com o apoio de diversos projetos geridos pelas organizações parceiras da Iniciativa Hannah Arendt.

Graças à Iniciativa Hannah Arendt - um programa de proteção financiado pelo Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e pelo responsável do Governo Federal pela Cultura e pelos Meios de Comunicação Social - os profissionais dos meios de comunicação social podem receber diversos tipos de ajuda, quer no seu país de origem quer no exílio. Por vezes, a ajuda é possível mesmo quando, à primeira vista, parece impossível. Por exemplo, um projeto lançado no âmbito da iniciativa apoia as jornalistas no Afeganistão, oferecendo-lhes formação em matéria de segurança, bolsas de estudo e mentoria na língua materna. Desde que os talibãs tomaram o poder em 2021, um grande número de mulheres perdeu o seu

emprego nos meios de comunicação social, pelo que, atualmente, praticamente não há mulheres a trabalhar na rádio ou na televisão. Desde então, todo o setor tem registado uma forte contração.

Os profissionais dos meios de comunicação social russos e sudaneses podem beneficiar da Iniciativa Hannah Arendt nos países vizinhos. Foram criados centros especiais que servem de pontos de contacto para os trabalhadores dos meios de comunicação social exilados e são geridos ou apoiados por parceiros da iniciativa. Os Exile Media Hubs e a Casa para el Periodismo Libre (um espaço para jornalistas exilados) na América Central são também espaços seguros que oferecem aconselhamento psicológico e jurídico. Estes espaços proporcionam também formação profissional e constituem um ponto de partida para a criação de redes entre os profissionais dos meios de comunicação social que são perseguidos nos seus países de origem por diversas razões.

A reconstrução de estruturas editoriais sustentáveis no exílio é outra abordagem adotada no âmbito da Iniciativa Hannah Arendt. Trata-se de assegurar que as populações dos países de origem dos jornalistas, com regimes totalitários, continuam a receber informações independentes.

Não são só os jornalistas do Afeganistão, da Rússia e do Sudão que recebem apoio. A iniciativa abrange essencialmente o mundo inteiro e é capaz de responder de forma flexível ao agravamento das condições de segurança. Neste momento, presta apoio principalmente a profissionais dos meios de comunicação social da Bielorrússia, da América Central, de Mianmar/Birmânia, do Norte de África e da Ucrânia. A este respeito, a Ucrânia é um caso particular, uma vez que o trabalho do projeto visa assegurar a continuidade da divulgação de informações durante a guerra em curso. Tal exige assistência material e técnica, bem como formação e seguros específicos para as operações da linha da frente.

São parceiros da Iniciativa Hannah Arendt as quatro organizações da sociedade civil seguintes: a DW Akademie, o fundo europeu para o jornalismo no exílio (JX Fund), a Media in Cooperation and Transition (MICT) e o Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e dos Meios de Comunicação Social. O programa exige a independência em relação ao controlo estatal, bem como a neutralidade estatal. O financiamento é concedido exclusivamente com base em critérios imparciais, por júris independentes, sem ingerência do Estado.

Para mais informações, consulte <https://hannah-arendt-initiative.de/hannah-arendt-initiative-english/> ou escreva para info@hannah-arendt-initiative.de.

A Iniciativa Hannah Arendt é uma rede para a proteção dos jornalistas e dos meios de comunicação social em todo o mundo. Foi criada em 2022 por iniciativa e com financiamento do Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e do responsável do Governo Federal pela Cultura e pelos Meios de Comunicação Social.



Diversidade nos média: somos todos realmente representados em pé de igualdade?

Os jornalistas com deficiência podem fazer o seu trabalho tão bem quanto os outros jornalistas e podem também aduzir perspetivas diferentes e inovadoras - por que razão há então tão poucos jornalistas com deficiência a trabalhar nos meios de comunicação social? Lars Bosselmann da União Europeia de Cegos escreve sobre a sub-representação das pessoas com deficiência no setor dos média e a necessidade de pôr termo aos retratos estereotipados dessas pessoas nas notícias.

Todas as democracias assentam em princípios fundamentais e um dos mais importantes é a liberdade de imprensa. Essa liberdade ajuda a assegurar a transparência das ações dos dirigentes políticos aos olhos do público. Permite-nos também aceder à informação sem ingerências externas.

No entanto, há ainda aspetos da prática dos meios de comunicação social que precisam de ser melhorados, especialmente no que diz respeito à diversidade. Em termos de representação nos média ou de cobertura de temas relacionados com diferentes grupos sociais, estamos ainda longe da igualdade.

Os dados atuais mostram que as pessoas com deficiência não estão representadas adequadamente no pessoal que trabalha na imprensa e nas estações de rádio e de televisão. Esta situação é muito preocupante, tendo em conta que [até 16% da população mundial vive com alguma forma de deficiência](#). Além disso, como sublinhado num [relatório da UNESCO](#), as pessoas com deficiência também enfrentam frequentemente preconceitos devido a retratos estereotipados das nossas comunidades nos meios de comunicação social, disseminados junto do público mundial.

Para mudar a perceção pública das pessoas com deficiência, temos de sublinhar a importância de as incluir nas redações e nos processos de criação de conteúdos.

A sociedade tem de compreender que o setor dos média nunca será totalmente inclusivo sem a integração das pessoas com deficiência nos fluxos de trabalho. Além disso, os temas relacionados com a deficiência devem ser relatados de forma diferente: os média devem reconhecer que as pessoas com deficiência são pessoas que devem gozar dos seus direitos nas mesmas condições que as demais. Além disso, uma vez que os formatos de conteúdo estão em constante evolução, precisamos de especialistas que concebam esses formatos de forma acessível e inclusiva.

Apesar de a comunidade com deficiência estar sub-representada no setor dos média, ainda é possível encontrar exemplos muito inspiradores que mostram que as pessoas com deficiência podem ser excelentes criadores de conteúdos.

Recentemente, na sua série de *podcasts*, a União Europeia de Cegos difundiu um [episódio centrado nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024](#), em que conversámos com Laetitia Bernard, jornalista francesa cega que trabalha para a Radio France. Além dos Jogos Paralímpicos deste ano, Laetitia Bernard também cobriu as edições de 2012 e 2016, em Londres e no Rio de Janeiro, respetivamente. Fez também a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Inverno de Sóchi 2014 e de PyeongChang 2018.

«Os eventos como os Jogos Paralímpicos têm um impacto positivo na eliminação de barreiras e no combate aos estereótipos», afirmou Laetitia Bernard na entrevista que nos concedeu. «Mesmo que um jornalista

tenha uma deficiência, ele ou ela pode trabalhar de forma eficiente e até ser capaz de descrever as coisas de forma diferente», sublinhou. O percurso profissional de Laetitia Bernard, bem como as suas reflexões sobre este tema são testemunho de que esta dimensão também tem de ser abordada para se construir uma sociedade mais inclusiva: a igualdade deve estar no cerne do setor dos média.

Lars Bosselmann é o diretor executivo da União Europeia de Cegos (EBU).

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)
Daniela Vincenti (dv)
Erika Paulinova (ep)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanias (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Simran Grewal (sg)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Endereço

European Economic and Social Committee
Jacques Delors Building,
99 Rue Belliard,
B-1040 Brussels, Belgium
Tel. (+32 2) 546.94.76
Email: eescinfo@eesc.europa.eu

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the European Union or to the Committee's other publications.

Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

08/2024